

# A integração latino-americana em tempos de pandemia: agendas, perspectivas e o (des)protagonismo do Brasil

**Ana Regina Falkembach Simão (1) e Roberto Rodolfo Georg Uebel (2)**

1-Professora e Coordenadora do curso de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing. Doutora em História(UFRGS)

2- Professor de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing. Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS)

## Introdução

A concepção da integração regional latino-americana, desde os seus primórdios emancipadores no período colonial até os ensaios de aproximação entre os extremos do subcontinente americano por meio de uma estrutura organizacional, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), sempre colocou à frente dos anseios nacionais uma proposta de cooperação, ainda que travestida de interesses políticos.

A própria definição de integração regional denota uma peculiaridade latino-americana, uma adaptação de um conceito institucionalizado no âmbito europeu, vide-se a União Europeia e sua capilarização no velho continente – e além-mar –, revisto no contexto norte-americano e fragmentado no concerto asiático. Quando se falava em integração regional na América Latina, sabia-se que a sua estrutura e concepção não seriam as mesmas desenhadas em Bruxelas, tampouco aquelas imaginadas em Washington,

quando do projeto da Área de Livre-Comércio das Américas(ALCA).

Entretanto, esta ideia, assim como seus proponentes, perdeu força, adesão e propulsão nas sociedades latino-americanas que, afinal, ao longo das últimas duas décadas, não são homogêneas, seja por questões domésticas, seja por externalidades que foram majoradas ou adequadas ao cenário político macrorregional. Da criação da CELAC em fevereiro de 2010 até a primeira saída de um membro, o Brasil, passaram-se dez anos, uma década de projetos e anseios para a América Latina e seu reposicionamento no Sul Global, ambos à periferia do Sistema Internacional.

O avanço limitado ou o não-avanço dos projetos de integração no subcontinente teve como ingredientes projetos políticos divergentes, a aproximação estratégica de atores externos, além dos Estados Unidos, como Rússia e China, e a busca por uma contra-hegemonia regional, igualmente contida pelos diferentes governos norte-americanos, que elegiam lideranças regionais para representar um posicionamento único

latino-americano. Não raro, essa liderança elegida também partiu de um consenso de caráter exógeno: o Brasil seria o protagonista nato na condução dos projetos de integração regional da América Latina. Sua extensão territorial, demográfica, econômica e seu acumulado histórico o credenciarão para esta missão, palavra utilizada pelos próprios ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, resignificada por Jair Bolsonaro.

Nesta década, também outros elementos se somaram ao que antes era uma ideia e agora é um sonho do passado, como os ciclos políticos divergentes – o fim do ciclo dos governos progressistas de esquerda e centro-esquerda –, a adoção de agendas multilaterais para fora ou bilaterais, em detrimento da coesão regional; e, mais recentemente, o cenário da pandemia da COVID-19 parece ter diluído qualquer pretexto de retomada dos projetos de integração latino-americana, uma vez que a cooperação regional, os fóruns políticos, as reuniões de cúpula e os votos em conjunto parecem ter dado lugar à autonomia e o isolamento nacional, à defesa dos interesses unilaterais e o uso das vantagens competitivas para avançar em pautas comerciais exclusivistas, sendo o MERCOSUL um exemplo deste *shift*.

Nesse sentido, o presente artigo se propõe a discutir o contexto da integração regional latino-americana em duas frentes, uma de reflexões teóricas, sobre os avanços do

debate que levou a este fenômeno até os seus paradigmas contemporâneos, e outra de caráter analítico-descritivo, pensando os caminhos que a consolidaram como projeto quase que identitário latino-americano e apontando as suas perspectivas no pós-pandemia.

Desta maneira, o texto está estruturado em quatro seções, além desta Introdução e das Considerações Finais. A segunda seção propõe uma reflexão sobre as teorias da integração regional no âmbito da América Latina até os dias de hoje. Já a terceira seção será dedicada à análise do processo integrativo latino-americano no contexto da pandemia da COVID-19, declarada em 10 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e ratificada pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), e que reconfigurou as estruturas políticas, econômicas e sociais não apenas do subcontinente, mas de todo o Sistema Internacional.

Na quarta seção será discutido o papel do Brasil e seu (des)protagonismo como liderança regional na América Latina, ou seja, como o seu acumulado histórico se transformou em um novo posicionamento, que preconiza o total realinhamento aos Estados Unidos e despreza as relações históricas com seus parceiros e vizinhos latino-americanos.

Por fim, na quinta seção serão apontadas as perspectivas da integração regional latino-americana no pós-pandemia, com um olhar

especial para os subprotagonismos, ou lideranças emergentes, do México, Argentina e outros Estados na América Latina, além de discutir como novas iniciativas podem retomar parte dos projetos integradores da década passada, inclusive por meio da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), organização que, ao contrário da CELAC, ganha maior protagonismo neste contexto de agendas divergentes e cenários de incertezas.

Espera-se com este texto, portanto, promover a retomada do debate teórico e analítico acerca da integração regional latino-americana e seus rumos em um Sistema Internacional cada vez mais heteropolar, anti-sistêmico e cujo processo de globalização se encontra estagnado ou limitado, seja pela pandemia, seja pelos próprios atores internacionais.

### **Uma Teoria para a Região**

Na América Latina, a integração regional ganha força e corpo teórico com as reflexões promovidas pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), criada após a Segunda Guerra Mundial, em 1948, com sede no Chile. Dentre os principais pensadores destaca-se Raúl Prebisch, Celso Furtado e Anibal Pinto. Essa nova Escola de pensamento se tornou num curto espaço de tempo uma referência para os estudos sobre o desenvolvimento regional e, sobretudo, um singular espaço de

debate acerca dos problemas latino-americanos. Ressalte-se a importância do pensamento de Prebisch que, influenciado pelo economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946), avançou teoricamente ao elaborar um pensamento fora do eixo teórico anglo-saxão.

Neste momento, tinha início dois modelos teóricos fundamentais para a América Latina: o debate Centro-Periferia e o pensamento desenvolvimentista, que tem como ponto de partida o papel do Estado na condução do desenvolvimento econômico regional. Essas matrizes conceituais que propõem novos caminhos para a região, todavia, vão de encontro ao ideário liberal hegemônico propagado pelos Estados Unidos, sobretudo, pós Segunda Guerra Mundial.

Na esteira da CEPAL e com a disposição de revisitar as ideias cepalinas, ergueu-se a Teoria da Dependência, pensamento que apresentou novos enfoques para o debate acerca do desenvolvimento socioeconômico da região. Conforme destacou Theotônio dos Santos a Teoria da Dependência “representou um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte delas entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização” (Santos, 2020, p. 18)

De fato, a Teoria da Dependência ofereceu bons argumentos para a compreensão da desigualdade tanto no plano interno como externo. Se internamente a busca pela manutenção das estruturas sociais e econômicas mantém na pobreza uma parte significativa da sociedade, externamente deixa evidente as “desigualdades políticas e econômicas existentes entre os Estados industrializados, grosso modo localizados no Hemisfério Norte, e os dependentes, pobres do Hemisfério Sul. É a dicotomia centro e a periferia” (Hage, 2013, p. 109).

Em que pese a Teoria da Dependência não ser homogênea em suas reflexões acerca do desenvolvimento, do subdesenvolvimento e da conflituosa relação centro-periferia, acabaria se tornando uma referência teórica e um desafio metodológico ao *mainstream* do pensamento europeu e norte-americano, tanto no campo das Relações Internacionais como no da Economia Política Internacional. Um aspecto importante a destacar é que os teóricos dependentistas evidenciam com objetividade e clareza conceitual o simples fato de que a existência de países ricos no hemisfério norte e pobres no hemisfério Sul não é uma condição sistêmica natural e, portanto, pode ser modificada politicamente. Está aí a questão central para os teóricos da Dependência: como superar a pobreza e o subdesenvolvimento? Conforme aponta Hage (2013) a resposta para a

resolução desse problema se encontra resumidamente em dois campos de ação: os reformistas e os revolucionários. Para os reformistas “a superação da pobreza nacional, da maioria da sociedade, pode ser alcançada por meio de políticas públicas, de melhorar a posição relativa do Estado no sistema internacional à medida que ocorre industrialização com meios mais avançados” (Hage, 2013, p. 112). Nesse campo da Teoria da Dependência, encontra-se a tese de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, a qual tem mais aproximação com o reformismo da CEPAL do que com a crítica dos dependentistas.

Já para os chamados revolucionários “[...] a situação periférica de um determinado Estado não deve ser superada apenas pela militância nas organizações internacionais e políticas econômicas apropriadas, mas sim por meio da violência, do enfrentamento ao sistema internacional”. Isso porque, na concepção deste grupo de teóricos, as grandes potências historicamente agem para manutenção do *status quo*. O que “tem sido feito também pelas armas”, conforme observa Hage (2013, p. 112).

Mas, à medida em que os pensamentos cepalinos e dependentistas se consolidavam, houve a convicção de que um dos grandes problemas da América Latina residia na falta de integração econômica entre os países da região. Diante dessa certeza, tal momento

marcaria o início de um novo caminho na integração regional latino-americana. O resultado objetivo desse debate teórico acerca do desenvolvimento regional foi a criação da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), em fevereiro de 1960, cuja pretensão era a de estabelecer uma área de livre comércio na região. Conforme aponta Millani *et all* (2015, p.82), a necessidade de criar uma “complementariedade entre suas cadeias produtivas” fortaleceria o comércio regional. Nessa perspectiva, ganhava folego a ideia de “[...] criar um mercado de massa para a produção em escala dentro da América Latina, para que os países, desse modo, conseguissem produzir e exportar bens industrializados, quebrando a lógica da deterioração dos termos de troca” (Millani et al., 2015, p.82). O fato é que a ALALC não logrou sucesso, seja por motivos internos das nações latino-americanas, seja por motivos sistêmicos.

No entanto, mesmo considerando o insucesso da ALALC, a sua constituição representou o encontro do pensamento cepalino com a criação de uma instituição multilateral regional, ainda inexistente na América Latina e de difícil monta. Vale observar, conforme Marcelo Mariano e Karina Mariano (2002), que as instituições multilaterais regionais são distintas das internacionais. Enquanto as multilaterais internacionais têm a preocupação em garantir a previsibilidade das relações

entre as nações, através de controles econômicos e a manutenção da paz; as instituições multilaterais regionais – que visam a integração – são desafiadas a promoverem “alterações nos Estados participantes e não somente a cessão de soberania, mas a possibilidade de criação de um poder supranacional” (Mariano; Mariano, 2002, p.94). De fato, essa complexa missão de criar uma instituição multilateral regional esbarrou em conflitos e interesses internos dos Estados. No caso latino-americano, a integração ainda foi mais complexa, pois se deparou com uma acentuada assimetria regional, com uma frágil institucionalização dos países da região e com os interesses divergentes das elites econômicas dos diferentes países, que muitas vezes são inconciliáveis com projetos de integração regional.

Sob as ditaduras na América Latina, os movimentos de integração regional – que já eram frágeis – se tornaram menos efetivos. No entanto, com os ventos da democracia e a crise econômica na Região, a importância da integração regional retomou fôlego e isso se refletiu na substituição da ALALC pela ALADI (Associação Latino-Americana de Integração). Embora com menor pretensão, a ALADI se constituiu numa instituição marcada pela flexibilidade e que contribuiu para a criação ou para o aprofundamento de outros processos de integração, tais como o MERCOSUL, Caricom (Mercado Comum e Comunidade do Caribe) e CAN (Comunidade Andina de Nações).

## **Integração regional e o contexto da pandemia da COVID-19**

A discussão acerca do conceito de integração regional no âmbito da América Latina remonta à segunda metade do século XX, quando as teses cepalinas (Prebisch, 1968) e as ideias do subdesenvolvimento periférico (Cardoso; Faletto, 1984) começavam a ganhar corpo por meio de políticas ainda de corte nacionalistas e com um propósito desenvolvimentista. O cenário regional também era propício, haja vista o relativo sucesso do pan-americanismo imposto por Washington e o estabelecimento dos regimes autocráticos abaixo do Rio Grande/Rio Bravo.

Com a distensão das ditaduras e autocracias latino-americanas e o surgimento das “novas Repúblicas”, ainda em uma lenta e gradual transição para a democracia, como os casos do Brasil e Chile, por exemplo, Castro e Ranincheski (2015) sinalizam que os propósitos da integração regional no subcontinente passaram a ocupar um lugar de destaque nas agendas nacionais, desde Buenos Aires até a Cidade do México, como uma possibilidade dos governos centrais reconstruírem as suas economias e tecerem novas relações de interdependência, inclusive visando um novo tipo de relação com os Estados Unidos, o novo hegemon global após a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

A opção pela integração regional, contudo, encontrou

obstáculos estruturais, em que pese a conjuntura fosse favorável no final dos anos 1980. A desconfiança mútua ainda existente e o não-paralelismo de regimes (1) somaram-se aos problemas domésticos herdados dos períodos ditatórias, como suntuosas dívidas externas, elevados graus de inflação e desemprego e anomias socioeconômicas, cuja principal consequência – e mazela – para as sociedades latino-americanas ainda é, até os dias de hoje, a desigualdade socioeconômica e a pobreza.

Nos anos 1990 e 2000, com a aproximação do novo milênio, a emergência dos ciclos governistas progressistas, mais alinhados às diversas correntes de pensamento de esquerda e de centro-esquerda, permitiu que o tema da integração regional na América Latina ganhasse uma nova roupagem, sublevado à uma política não apenas de governo, mas também de Estado, como no caso da nova Constituição Federal do Brasil, que assim prevê no parágrafo único do seu Artigo 4º: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”(Brasil, 1988).

A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos se formaria apenas vinte e dois anos após a promulgação da Constituição Federal do Brasil, porém, desde 1980 a Associação Latino-Americana de Integração (2) já promovia uma agenda de integração no subcontinente, ainda

que essencialmente no âmbito comercial e econômico. Entretanto, a integração e coesão política só seriam alcançadas por um curto período, entre os anos 2010 e 2015, quando se inicia um novo ciclo de governos conservadores e alinhados aos mais diversos espectros da direita (3).

Neste curto período, menor que uma década, a integração regional latino-americana percebeu o seu ápice político, econômico e institucional. Sob o protagonismo regional exercido pelo Brasil e a realização de cúpulas periódicas da CELAC e da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), os projetos de integração finalmente alcançaram um estágio de implementação, como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), os acordos de investimento em infraestrutura com os países da Comunidade do Caribe (CARICOM) e com o Sistema da Integração Centro-Americana (SICA).

Projetos como o Corredor Bioceânico, a Ferrovia Bioceânica, os canais da Nicarágua e Guatemala e as rodovias interamericanas entraram na pauta da integração regional latino-americana e chegaram a avançar nas etapas de captação de recursos, muitos advindos de outras potências que não os Estados Unidos, sobretudo da China e Rússia. Todavia, estes projetos, junto às iniciativas de cooperação em defesa, controle fronteiriço, finanças e sistemas bancários, em algum momento após 2015 tiveram a sua continuidade suspensa ou cancelada.

Os novos governos

inaugurados após 2015 adotaram diferentes pautas de política externa, priorizando relações bilaterais, um fenômeno que já se observava no Norte Global desde a crise do Euro em 2012, e novas parcerias estratégicas, que levaram a criação de novos blocos, como a Aliança do Pacífico e o Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL). Ademais, a aproximação com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) por parte de alguns governos latino-americanos, como Chile, Colômbia e Brasil, afastou nações como Argentina e México, governados novamente por líderes progressistas, e isolou países como Venezuela, Nicarágua e Bolívia, sob regimes contestados, de qualquer agenda de integração como aquela verificada entre 2010 e 2015.

No final de 2019, já sob essa reconfiguração política na América Latina, o novo coronavírus começou a circular inicialmente na China e alcançou o *status* de epidemia em outras regiões e países, como Itália, Irã, Espanha, Estados Unidos e, finalmente, a América Latina, onde o Brasil se tornou rapidamente o segundo maior epicentro da doença. Em 10 de março de 2020, a OMS declarou a pandemia, o que imediatamente foi referendado pelos Estados-membro da OPAS, trazendo ecos para os projetos políticos nacionais na região, que sinalizavam para uma aproximação por meio da ALADI e por uma aparente moderação nos discursos, desde

Andrés Manuel López Obrador, no México, até Jair Bolsonaro, no Brasil, o que não se concretizou, visto que foram justamente as duas lideranças que negaram os efeitos da pandemia logo no seu começo.

Rapidamente, medidas excepcionais até então verificadas apenas no período dos regimes autoritários do subcontinente, como o fechamento de fronteiras, proibição de admissão de estrangeiros não-residentes, restrição de voos, interrupção dos serviços postais e a aplicação de medidas de isolamento social, desde o *lockdown* total, como na Argentina, até o distanciamento social estadualizado, como no Brasil, foram adotadas por todos os países latino-americanos. Situações peculiares como na Nicarágua, onde o seu presidente não aparecia publicamente por duas semanas, e na Venezuela e Bolívia, que já enfrentavam uma profunda crise política e institucional, contrastaram com as cenas de anomia social no Peru, de manifestações anti-vacina e anti-quarentena no Brasil e de esperanças de novos tratamentos e vacinas, como a “Soberana 01” de Cuba (Hernández, 2020).

Os efeitos sanitários da pandemia da COVID-19, nome da doença causada pelo novo coronavírus, foram sentidos em todo o continente americano e, mais intensamente, na América Latina, que ocupou as primeiras posições no ranking de pessoas contaminadas pelo Sars-CoV-2 e de óbitos causados pela doença, somando mais de 6 milhões de casos

em setembro de 2020.

No aspecto político, a nova pandemia carregou consigo um caráter de ineditismo quanto aos impactos que seriam observados pelos governos e sociedades latino-americanos, uma vez que a recente pandemia do vírus H1N1 e centenária pandemia da Gripe Espanhola em 1918 não representaram rupturas ou mudanças significativas, seja pelo seu baixo potencial letal, seja pela inexistência de uma agenda de integração e cooperação à época, respectivamente.

Assim, foi possível observar diferentes medidas adotadas, algumas de cooperação, outras de exclusão e isolamento, no contexto da América Latina. Em 13 de agosto de 2020, por exemplo, os presidentes de Argentina e México anunciaram que produzirão entre 150 e 200 milhões de doses da vacina contra a COVID-19 criada pela Universidade de Oxford em parceria com o laboratório AstraZeneca, que serão distribuídas para todos os países latino-americanos, exceto o Brasil, que assinou um acordo exclusivo e que já testa outras vacinas da Alemanha, China, Estados Unidos e, mais recentemente, da Rússia.

Em que pese o motivo da exclusão oficial do Brasil ter sido o seu acordo exclusivo, por meio da Fundação Oswaldo Cruz, esta atitude invoca uma lógica de ação coletiva (Olson, 1999) que sinaliza para o (des)protagonismo do país na América Latina, fato este que será abordado na próxima seção.

Em síntese, essa



ontextualização permitirá inferir também um indicativo de que a integração regional na América Latina enfrenta, apesar da sua estagnação política e da adoção de novas preferências de parcerias por parte dos seus governos nacionais, uma mudança nos seus atores hegemônicos e nas lideranças políticas regionais. Não apenas Estados Unidos, Rússia e China se aproximam do subcontinente, mas também outros atores conferiram atenção especial à região durante a pandemia, como o Irã (Singer, 2020), Turquia (Gonçalves, 2020) e Índia (Verdélío, 2020).

Com relação às lideranças políticas regionais, também foi possível identificar um *shift* na América Latina, em que sinaliza-se para um maior protagonismo da Argentina e México e um crescente movimento em busca de maior hegemonia e contestação por atores como Colômbia e Chile, e um afastamento autonomista por parte da Venezuela, Cuba, Costa Rica e El Salvador. Quanto ao Brasil, o custo do seu realinhamento total aos Estados Unidos parece indicar, ao menos durante a pandemia, um esplêndido isolamento regional e internacional e uma refutação do seu acumulado diplomático e histórico. Portanto, a discussão sobre estas mudanças será abordada nas próximas duas seções.

## O Brasil dos novos tempos

A relação do Brasil com a América do Sul é singular e na maior

parte das vezes considerada estratégica. Em que pese os momentos de desencontros, o país guarda uma condição relevante que independe da vontade política das lideranças brasileiras: sua geografia – um verdadeiro *hard power* brasileiro. Embora seja lugar comum, é importante lembrar que o Brasil é o maior país da América do Sul e que ostenta uma extensão territorial que corresponde à 48% da área total da região, além de possuir uma fronteira terrestre exuberante. Como se sabe, com exceção do Chile e do Equador, todos os demais nove países da América do Sul fazem fronteira com o Brasil – Guiana, Suriname, Venezuela, Paraguai, Uruguai, Argentina, Bolívia, Peru, Colômbia – além da Guiana Francesa. Numa perspectiva internacional, somente a Rússia (17 países) e a China (15 países) têm fronteiras terrestres maiores do que a do Brasil. Desta forma, a geografia desafia o Brasil a ter um papel preponderante na América do Sul e em alguns momentos, para adensar a integração regional, o país é chamado a assumir o papel de *paymaster*.

Desde o início do século XX, algumas das preocupações da diplomacia brasileira – com destaque para a chancelaria de Rio Branco (1902-1912) – eram definir as fronteiras do Brasil, defender os interesses nacionais, estabelecer uma relação diplomática pragmática com a região e contribuir para a estabilidade política da América do Sul. A partir da segunda metade do século XX, esses

objetivos se aprofundaram e percorreram os caminhos da institucionalidade.

A qualificada e profissional diplomacia brasileira auxiliou para que o país desenvolvesse uma política externa que contribuísse de forma singular para o desenvolvimento econômico nacional. Vale lembrar que o modelo de substituição das importações contou o adequado desempenho de diferentes governos e chanceleres para o avanço dessa política, a exemplo de Juscelino Kubitschek e Horácio Lafer; João Goulart e San Tiago Dantas e Araújo Castro; Ernesto Geisel e Azeredo da Silveira.

Ao longo desse processo, a América do Sul foi se tornando – de acordo com as demandas sistêmicas – cada vez mais estratégica para o projeto de internacionalização do Brasil. Vale sublinhar que, mesmo em momentos em que o Brasil aderiu incondicionalmente aos intentos norteamericanos – a exemplo do governo de Collor de Melo – houve a percepção de que o entorno regional era fundamental para os planos internacionais do Brasil. A criação do MERCOSUL, em 1991, é uma amostra dessa relevância regional, mesmo que os motivos de sua criação antecipada em alguns anos, sejam menos nobres do que havia sido pensado na base do projeto.

Dessa forma, os governos brasileiros em quase três décadas – 1990 a 2016 –, guardadas as devidas diferenças nas políticas externas, buscaram nas relações hemisféricas o

espaço estratégico para a inserção internacional do Brasil. Conforme aponta Spektor:

[...] tucanos e petistas tiveram muito em comum. Ambos apostaram na construção de coalizões regionais, concebendo o MERCOSUL como instrumento para resistir à integração hemisférica proposta pelos Estados Unidos. Ambos imaginaram a integração regional como oportunidade de negócios para a indústria de Defesa e para construtoras brasileiras abastecidas a crédito barato do BNDES (SPEKTOR, 2019, p. 328-329).

Ambos os presidentes – FHC e Lula – procuraram não confrontar os Estados Unidos, mas não colocaram o Brasil como operador e parceiro carnal dos Estados Unidos na América do Sul. Ambos, de forma diferente, “evitaram a todo momento fazer o jogo de Washington na América do Sul.” (Spektor, 2019, p.328). Especificamente com relação à diplomacia do governo Lula, Hirst, Lima e Pinheiro (2010) observaram que esse governo não apenas elegeu a cooperação regional como prioridade da política internacional do Brasil, como procurou avançar na construção de um projeto comunitário e na promoção da estabilidade democrática para a região. Essas medidas buscavam mitigar as assimetrias regionais, contribuindo para reforçar a posição do Brasil como mediador e líder regional.

Mas, com a assunção do Capitão e Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro à presidência do Brasil algumas pontes diplomáticas construídas pelos governos anteriores – exceto o de Michel Temer – foram rompidas. A escolha de Ernesto Araújo para chanceler foi *sui generis*: recaiu sobre um “diplomata júnior” promovido a ministro de primeira classe somente em 2018 e que nunca havia sequer chefiado uma embaixada no exterior. O discurso de posse de Bolsonaro, proferido em 1º de janeiro de 2019, é esclarecedor para a compreensão do que viria a ser a política externa do novo governo. Para Bolsonaro/Araújo o importante é “retirar o viés ideológico de nossas relações internacionais. Vamos em busca de um novo tempo para o Brasil e para os brasileiros!” (Bolsonaro, 2019). O que tudo indica é que o “novo tempo para o Brasil” não envolve as relações hemisféricas, nem as coalizões sul-sul e tampouco tem o intento de colocar o Brasil como protagonista na América do Sul. Antes sim, parece estar dedicado a “moralizar o Brasil e livrar o país de ideologias nefastas”, pois como destacado no discurso de posse de Bolsonaro:

Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade. E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido. Podemos, eu, você e as nossas

famílias, todos juntos, reestabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil (BOLSONARO, 2019).

Outro aspecto realmente novo e que chama a atenção na política externa do governo Bolsonaro é a forte influência do círculo íntimo do Presidente. Para Spektor, há três grupos que exercem forte influência nos projetos internacionais do atual governo: “círculo íntimo do presidente, os militares com cargos oficiais no Palácio do Planalto e a equipe do superministério da Economia. Essa tríade partilha de uma agenda reformista comum, mas chega a ela por caminhos diversos e possui visões de mundo muito diferentes” (Spektor, 2019, p. 330). Todavia, a atuação dos três grupos nesses dezoito meses de governo não demonstra ser equilibrada; de fato, o que se observa é a forte influência do grupo íntimo do presidente. Entenda-se “grupo íntimo” como aquele liderado fundamentalmente pelo seu filho e Deputado Federal Eduardo Bolsonaro e por Filipe Martins, assessor chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Palácio do Planalto e que tem em seu currículo as importantes qualificações de ser ‘discípulo’ de Olavo de Carvalho – filósofo/astrólogo e mentor intelectual da família Bolsonaro e de sua claqué – e destacado atuante na ala ideológica do governo.

Os dois outros grupos - o da economia e o militar - não têm

demonstrado, de forma consistente, relevância nos assuntos internacionais. O então assim chamado super Ministério da Economia parece ter sido atropelado pelas demandas internas. Entre uma agenda de reformas de Estado e planos para superar a crise potencializada pela pandemia da COVID 19, o ministro Guedes se debate para consolidar um projeto de recuperação econômica do país, além dos contenciosos com o Congresso Nacional. Já o grupo militar, que muito embora ostenta prestígio junto ao presidente Bolsonaro, fica numa posição de segunda linha – ‘apagando incêndios’ – após pronunciamentos do Presidente ou da própria Chancelaria acerca das questões internacionais. Como exemplo, cabe lembrar as questões relativas à Venezuela e à China, momentos nos quais o vice-presidente Hamilton Mourão agiu diplomaticamente para desconstruir discursos violentos.

Diante disso, a questão a ser respondida é: o que significa na prática ter a diplomacia do Brasil sob a égide das relações pessoais do presidente? Ao menos duas respostas parecem dar conta, inicialmente, dessa pergunta. Primeiramente, há que se observar que para esse grupo ideológico, o Brasil está sendo impactado negativamente pela crise do Ocidente, que se intensifica em decorrência da ascensão econômica e política da China e da Rússia no contexto internacional. Segundo Spektor (2019), a crise do Ocidente seria uma consequência da falta de

liderança dos países ocidentais frente a transnacionalidade do “marxismo cultural” que “[...] infiltrado nas instituições e na imprensa, estaria moldando o discurso público de modo a submeter boa parte do Ocidente ao jugo das minorias, do relativismo e da laicidade” (SPEKTOR, 2019, p. 331).

O outro aspecto que contribui para responder a esse questionamento, diz respeito à integração regional – que, conforme já assinalado, foi entendida como prioritária por todos os presidentes civis após o Regime Militar. Assim, a percepção de que a integração regional é mais do que um relacionamento econômico-comercial – uma vez que envolve questões sociais e políticas – foi abandonada. Para o governo Jair Bolsonaro, um projeto de integração regional que pressuponha aspectos políticos é entendido como ideológico. Desta forma e dentro deste novo ideário, o que une o Brasil aos parceiros hemisféricos deve passar exclusivamente por questões comerciais. Um dos primeiros resultados dessa inflexão na política externa do Brasil é o abandono da UNASUL, que segundo o governo Bolsonaro é um “nome fantasia do Foro de São Paulo”. A criação, em março de 2019, do PROSUL, Foro idealizado pelo empresário e presidente chileno Sebastian Piñera, foi enaltecido por Bolsonaro como representação do fim de uma era de ideológica na América do Sul. O PROSUL conta também com a participação da Argentina, Colômbia,

Equador, Guiana, Paraguai e Peru. No MERCOSUL, a condução da política externa segue a mesma linha. O governo Bolsonaro propõe uma revisão do Bloco, deixando o mesmo com um caráter menos social e mais comercial. No Brasil de Bolsonaro, Ernesto Araújo, Eduardo Bolsonaro e Felipe Martins, o MERCOSUL deve ser “enxuto, [para] que continue a fazer sentido e ter relevância” (SARAIVA; SILVA, 2019, p. 127). Para bom entendedor, todavia, fica evidenciado que o adjetivo “enxuto” significa dizer o mesmo que esvaziado; ou seja, sem projeto político estratégico.

Tais considerações levam a crer que a visão de mundo do grupo formado pelo círculo íntimo do presidente Bolsonaro se identifica com o chamado anti-globalismo, pensamento de viés conservador que, no tange às relações internacionais, faz duras críticas a dois pilares caros para a política externa brasileira: o multilateralismo e o respeito às organizações internacionais. O afastamento das boas práticas diplomáticas – que entre outros objetivos – sempre visaram a integração regional e a consolidação do protagonismo do Brasil na América do Sul, acabou por reposicionar o país, tornando-o, de fato, aquilo que se pode chamar de um bom coadjuvante regional.

É preciso destacar que, de uma certa forma, todos os governos civis dos anos 1980 até o momento presentem, com exceção feita ao curto período de Michel Temer – se inspiraram por ou dialogaram de

alguma forma com conceitos apresentados e/ou debatidos pelas duas grandes tradições de pensamento da América Latina: os cepalinos e os dependentistas. Dentre as referências conceituais destaca-se o desenvolvimentismo e debate centro-periferia. Isso equivale a dizer que toda essa arquitetura conceitual, fruto do pensamento cepalino e das ideias dependentistas, estiveram presentes, enquanto valores, em menor ou maior grau, no horizonte dos formuladores da política externa brasileira em diferentes governos pós regime militar. No entanto, com Bolsonaro, esta longa tradição de diálogo conceitual e teórico é transformada num cenário de terra arrasada. O governo Bolsonaro se afasta do caminho diplomático que, por décadas, manteve em alguma medida, uma interlocução com estas clássicas tradições teóricas, marcando assim uma inflexão evidente na história do pensamento e da atuação da política externa brasileira.

### **Perspectivas da integração regional latino-americana no pós-pandemia**

Em que pese a América Latina esteja atingindo o pico da pandemia da COVID-19 no momento em que este artigo é escrito, setembro de 2020, os dados da Organização Mundial da Saúde e da Universidade Johns Hopkins (4) sinalizam para um arrefecimento da mesma em países da região, como o Brasil, que já foi epicentro da doença entre abril e agosto do mesmo ano. Nessas condições, o tabuleiro político

regional começa a dar indícios de uma reorganização e volta às pautas pré-pandemia.

A realização das cúpulas bilaterais e multilaterais entre países latino-americanos entrou em declínio a partir da 8ª Cúpula das Américas, sediada em Lima, Peru, no ano de 2018, a primeira com Donald Trump, Michel Temer e Maurício Macri, quando já era possível perceber um distanciamento dos países do bloco e a busca por agendas mais autonomistas e de novas parcerias extrarregionais.

Desde então, os encontros regulares da CELAC, UNASUL e até mesmo da CARICOM, MERCOSUL e Comunidade Andina foram esvaziados pelas lideranças nacionais e restringiram-se a um pequeno grupo ou aos seus membros-permanentes,

respectivamente. As próprias cúpulas do MERCOSUL, que antes contavam com a participação dos estados-observadores, ficaram restritas aos seus quatro fundadores, haja vista a suspensão da Venezuela desde agosto de 2017.

Conforme discutido na seção anterior, muito deste esvaziamento deve-se às mudanças na Política Externa Brasileira, que sentiu rupturas em seu acumulado histórico desde o segundo governo de Dilma Rousseff (2015-2016), pautado pelo processo de *impeachment* da então presidente, e agravadas nas administrações de Michel Temer (2016-2019) e Jair Bolsonaro (2019-presente). O fim do protagonismo do Brasil representou, portanto, o rompimento do fio

condutor da integração regional na América Latina como se conhecia.

Considerando o hiato de hegemonia regional deixado por Brasília a partir de 2016, seguindo uma lógica de ocupação desta lacuna de poder (Paula, 2018), as demais potências médias da América Latina passaram a reorganizar suas políticas externas, seja em virtude deste fato, seja pelas mudanças internas com os novos governos recém-instituídos, no sentido de vislumbrar um maior protagonismo no subcontinente. Este fato será verificado com maior ênfase no México de López Obrador desde 2018, na Argentina do final do governo Macri e de maneira mais evidente na administração Fernández (desde 2019), e também observado em escala menor na Colômbia e no Chile.

Ademais, não se pode deixar de mencionar o distanciamento e isolamento da Venezuela desde a reeleição contestada de Nicolás Maduro em maio de 2018, cujo cargo de presidente é contestado desde então pelo autoproclamado presidente interino Juan Guaidó, que provocou uma divisão no reconhecimento internacional dos governos venezuelanos e trouxe para a região uma instabilidade geopolítica, haja vista o envolvimento direto dos Estados Unidos, União Europeia, Rússia, China, Turquia e Irã nesta pauta da política doméstica venezuelana. O mapa da Figura 1 ilustra esta divisão e que também evoca as novas dimensões da integração regional na América Latina e seus financiadores

externos.

### **Ver Figura 1 – Mapa de reconhecimento internacional dos governos de Nicolás Maduro e Juan Guaidó em setembro de 2020**

A partir da observação do mapa anterior (Figura 1), é possível perceber uma clara divisão política na América Latina, com dois grandes eixos, os quais inserem-se México, Cuba, Nicarágua, algumas ilhas caribenhas e a Argentina de um lado, e os demais países sul-americanos e centro-americanos de outro. Entretanto, esta divisão não pode ser concebida como fixa e imutável, por exemplo, à exceção da Bolívia sob o governo contestado de Jeanine Áñez, todos os demais países têm se afastado do Brasil em posicionamentos internacionais e criticado as posturas do presidente brasileiro (Vidigal; Bernal-Meza, 2020).

É neste ponto em que se chama a atenção para as perspectivas da integração regional latino-americana no pós-pandemia, sobretudo quando analisa-se as trocas comerciais do subcontinente para os quatro países (México, Argentina, Colômbia e Chile), que tem diversificado as suas parcerias e se afastado do Brasil (5).

Desde 1º de dezembro de 2018, o México tem passado por uma reestruturação das suas políticas doméstica e externa sob o governo de esquerda social-democrata de Andrés Manuel López Obrador, que adotou uma postura de parcerias estratégicas

com os demais Estados latino-americanos e o próprio governo de Donald Trump nos Estados Unidos. Afastado, em certa medida, das pautas políticas sul-americanas e caribenhas nas últimas décadas, o México, segundo Peruyero (2019), identificou uma possibilidade de aprofundar as suas relações econômicas e políticas com os governos da região, especialmente com a Argentina de Alberto Fernández.

Um ano após a posse de López Obrador, Fernández foi empossado o novo presidente da Argentina em substituição ao governo de Maurício Macri, que terminou com uma baixa popularidade e indicadores de desemprego, inflação e estagnação econômica elevados para a segunda maior economia sul-americana.

Tanto López Obrador como Fernández, ambos identificaram uma lacuna de protagonismo exercida pelo Brasil até o segundo governo de Dilma Rousseff, e adotaram para si o discurso de reintegração regional latino-americana, capitaneando este processo sem abrir mão de seus acumulados históricos, portanto, evitando contenciosos com o Grupo de Lima, o PROSUL e atores estatais em conflito, como a Bolívia e a Venezuela e, especialmente, com a Colômbia e o Chile, que cada vez mais têm buscado parcerias extracontinentais e se afastado das agendas de integração da CELAC e ALADI.

Enquanto o Chile de Sebastián Piñera, no cargo desde março de 2018, se volta cada vez mais para as



parcerias estratégicas no Pacífico e Leste Asiático – o país é membro da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) –, a Colômbia, desde agosto de 2018, sob o governo de Iván Duque, se aproxima mais do Atlântico Norte, por meio da sua ascensão a Estadomembro da OTAN e da OCDE, e suas relações prioritárias com a União Europeia e os Estados Unidos.

Nesta esteira, os demais países da América Latina têm acompanhado um destes quatro atores em sua busca pela inserção no Sistema Internacional contemporâneo, ou atrelando-se exclusivamente a atores externos, como a Venezuela, Cuba e Nicarágua com Rússia, China, Turquia e Irã, ou as suas ex-metrópoles, como as ilhas caribenhas com a França, Reino Unido e Países Baixos.

No âmbito da pandemia, este cenário percebeu um agravamento destes novos posicionamentos, uma vez que a cooperação em matéria de saúde, desde o fornecimento de máscaras, insumos hospitalares e medicamentos até a obtenção priorizada de vacinas aprovadas, se apresentou como tema central das políticas externas, desde Santiago até a Cidade do México.

Enquanto o Brasil optou pelo realinhamento total aos Estados Unidos, opção que pode sofrer um revés caso o candidato democrata Joe Biden seja eleito em novembro de 2020, as demais nações latino-americanas escolheram traçar seus próprios caminhos e protagonismos. Ainda, a pauta da integração regional

não fora totalmente abandonada. A ALADI, no ano em que completa quarenta anos de existência, se apresenta como fio de manutenção da integração no subcontinente e de aproximação de seus membros.

Durante a emergência da pandemia da COVID-19, por exemplo, a ALADI foi único bloco ou organização regional que elaborou, no recorte geográfico do Sul Global, quatro documentos (ALADI, 2020) para orientar os processos de intercâmbio comercial e econômico entre os seus membros, além de organizar, desde o declínio da CELAC com a saída do Brasil em 2019, seminários e cúpulas, ainda que virtuais, para discutir os projetos de integração regional na América Latina. Conforme o documento que celebra as quatro décadas da associação, a pauta na região hoje:

[...] está comprometida a impulsar iniciativas que contribuyan a ampliar y profundizar la integración de la región, con miras a alcanzar el anhelado objetivo de constituir un “mercado común latinoamericano”, tal como lo dispusieron los suscriptores del TM80 hace ya cuatro décadas. Así, mediante la suscripción de acuerdos comerciales y de complementación económica entre los miembros, la promoción y facilitación del comercio intraregional, el desarrollo de la competitividad, la cooperación y la formación, la producción de informes y estadísticas regionales y de herramientas prácticas para los operadores económicos, entre otras acciones, se trabaja para alcanzar



los objetivos fundacionales. Ello, a la vez que se impulsa la búsqueda de una integración plural e inclusiva que contemple las necesidades y potencialidades de cada uno de sus miembros y de aquellos considerados de menor desarrollo económico relativo. Del mismo modo y utilizando las nuevas Tecnologías de la Información y Comunicación, la ALADI ha fomentado una mayor vinculación e interacción con los distintos sectores de la sociedad (públicos, privados, académicos, pymes, asociaciones de mujeres, pequeños agricultores, etc.), quienes a final de cuentas deben ser los principales beneficiados de la integración, sin importar su ubicación geográfica. Estamos ante tiempos y circunstancias que son complejas y desafiantes, no sólo para nuestra región sino también para el mundo entero. La ALADI, como desde hace más de 40 años, seguirá adaptándose para continuar su labor de impulsar la integración latinoamericana y concretar los objetivos trazados por sus países miembros, en pos del desarrollo económico y comercial de la región y del bienestar de sus poblaciones. ¡Solo la integración y la solidaridad regional podrá darnos el vigor de la unidad para buscar el bienestar de nuestras sociedades en su lucha contra la pandemia del COVID-19 y sus secuelas económicas y sociales! (Secretaría General de la ALADI, 2020).

As perspectivas comerciais, de acordo com os dados da Tabela 1 e do Gráfico 1 a seguir, sinalizam para uma redução nos intercâmbios entre os

países da ALADI e dos demais blocos americanos. O único bloco que apresentou um aumento no destino das exportações até 2018 foi o Novo Acordo Norte-Americano de Livre Comércio, formado pelo México, Estados Unidos e Canadá. Os dados para 2020 ainda são parciais.

**Ver Tabela 1 – Exportações totais dos países-membro da ALADI para os blocos do continente americano entre 2015 e 2020 (valores em milhares de dólares norte-americanos)**

**Ver Gráfico 1 - Exportações totais dos países-membro da ALADI para os blocos do continente americano entre 2015 e 2020 (valores em milhares de dólares norte-americanos)**

Os dados apresentados anteriormente sustentam a ideia de que, a partir de 2015, as transações econômicas e comerciais intrabloco na América Latina reduziram, justamente em virtude dos cenários que foram discutidos. Entretanto, a queda no comércio internacional entre os membros da ALADI não foi tão elevada se comparada às exportações para a UNASUL, CELAC e MERCOSUL.

Para o contexto pós-pandemia, assim como a retomada econômica, segundo Beteta (2020), deverá ser lenta na América Latina, a reaproximação política e comercial deverá se dar entre os membros da ALADI, haja vista o fomento que aquele bloco tem dado à retomada dos projetos de integração regional, alguns inclusive recuperados

da própria pauta da UNASUL e da CELAC.

Como o cenário pós-pandemia deverá invocar uma revisão das prioridades globais, posto que a reabertura e a retomada do crescimento econômico sustentado em investimentos externos se dará em diferentes estágios em cada país, inclusive na própria América Latina, com suas peculiaridades tão latentes, não descartam-se novas tentativas de projetos de integração no subcontinente, especialmente nos setores de infraestrutura de transportes, processamento de *commodities* agropecuárias e serviços. O comércio como pauta prioritária da integração regional no pós-pandemia ficou evidente, por fim, na reunião virtual dos presidentes dos Estados-membro do MERCOSUL, realizada em 02 de julho de 2020, no auge da pandemia da COVID-19:

Igualmente reafirmaron su compromiso para trabajar conjuntamente en la lucha para la prevención y combate contra el COVID-19 y otras emergencias sanitarias que afectan a la región. En ese contexto, reafirmaron su compromiso de coordinar esfuerzos para la reactivación económica de la región. Subrayaron la necesidad de construir un sistema de comercio justo e inclusivo, que garantice la participación plena, efectiva e igualitaria de las mujeres en toda su diversidad, contemplando el acceso al trabajo decente en igualdad de oportunidades,

de condiciones y de retribuciones entre las mujeres y los hombres por trabajo de igual valor. Coincidieron en que la pandemia ha acrecentado la relevancia de las herramientas del Comercio Electrónico como instrumento útil y de rápida respuesta como plataforma comercial, en especial para el desarrollo e inserción internacional de las MIPYMES, y vital para la recuperación económica. En ese sentido, destacaron los avances alcanzados en la construcción de un marco común del MERCOSUR que facilite el comercio electrónico y se comprometieron a redoblar esfuerzos con miras a la concreción de un Protocolo de alto nivel en la materia (MERCOSUL, 2020).

A preocupação e priorização do comércio internacional encontram respaldo no estudo dos impactos da COVID-19 na América Latina e Caribe conduzido pela CELAC e pela CEPAL, que apontam uma queda significativa do Produto Interno Bruto (PIB) de todos os países da região, conforme a Figura 2:

### **Ver Figura 2 – Impactos da pandemia da COVID-19 no PIB dos países latino-americanos e caribenhos**

O *framework* de propostas da CELAC (6) para mitigar os efeitos da pandemia na América Latina segue a mesma diretriz apresentada pela ALADI e pelo MERCOSUL, reforçando a figura

central da retomada da integração regional como fio condutor deste processo de reestruturação e reconstrução no pós-pandemia.

Isto posto, todas as perspectivas para a integração regional na América Latina apontam para uma direção em que o comércio será cada vez mais o mecanismo de ligação destes processos, podendo, portanto, retomar as demais agendas de projetos conjuntos, investimentos em infraestrutura e, talvez, uma retomada do diálogo político, apesar das evidentes diferenças ideológicas e programáticas existentes na região hoje. Desta forma, restaria apresentar, na próxima seção, as considerações finais e o arazoamento do debate proposto com este artigo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste artigo foi repensar o papel da integração regional e suas agendas a partir de uma reflexão teórica e analítica, perpassando pelos seus principais pontos e contextos, além de evocar o declinante papel de protagonismo do Brasil e a ascensão das autonomias protagonistas de México e Argentina, em primeira instância, e de Chile e Colômbia, por conseguinte.

A pandemia da COVID-19 chegou ao subcontinente em um momento de revisão dos processos de integração e de realinhamento das agendas subnacionais, haja vista os novos governos de centro-esquerda e

o isolamento das administrações do Brasil e Venezuela.

Não apenas o fechamento de fronteiras e os impactos sentidos nos setores produtivos marcaram o período pandêmico, mas também uma revisão dos projetos de integração regional, que passaram a incorporar um sentido cada vez mais estratégico e subjugado aos interesses políticos domésticos, em detrimento da lógica de ação coletiva que marcou as agendas da UNASUL e CELAC na década anterior.

Desta maneira, é possível identificar que a pauta comercial deverá suplantar, em todos os aspectos, as pautas políticas, ideológicas e geopolíticas que antes regiam a integração regional latino-americana. Se a independência da hegemonia norte-americana era um fim, hoje esta acepção se mostra como um elemento-comum, seja para o Brasil, seja para o México.

Em síntese, novas ações e projetos, como o PROSUL e o re-protagonismo da ALADI, enquanto a UNASUL e CELAC perdem o seu prestígio regional, deverão marcar esta nova etapa da integração regional latino-americana, na qual os princípios comerciais substituem as cúpulas e os projetos políticos, como se estivéssemos diante de uma região homogênea e singular no Sistema Internacional. A pandemia, ao cabo, corroborou que se trata de uma região com visões e projetos plurais, divergentes e autônomos, inclusive em matéria de integração regional.

## Referências bibliográficas

- ALADI. 2020. Documentos elaborados por la ALADI vinculados con la emergencia sanitaria. Disponível em: <<http://www2.aladi.org/nsfaladi/sitioaladi.nsf/prensaDatosv2.xsp?databaseName=NSFALADI/prensanueva.nsf&documentId=3DA99389B2E3D0B80325859A007C5BF3&OpenDocument>>. Acesso em: 05 set. 2020.
- ARAÚJO, E. 2019. Discurso do ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de Posse no Ministério das Relações Exteriores – Brasília, 2 de janeiro de 2019. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/19907-discurso-do-ministro-ernesto-araujo-durante-cerimonia-de-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2019>>. Acesso em: 12 set. 2020.
- BETETA, H. E. 2020. “¿Cómo encontró la pandemia del Covid-19 a América Latina?”. *Economíaunam*, v. 17, n. 51, pp. 180-193.
- BOLSONARO, J. 2019. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial – Brasília, 1º de janeiro de 2019. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/19899-discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>>. Acesso em: 12 set. 2020.
- BRASIL. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 02 set. 2020.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. 1984. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- CASTRO, H. C. O. RANINCHESKI, S. M. 2015. “As estratégias de organizações internacionais para a América Latina”. In: NEGRI, C.; RIBEIRO, E. S. (orgs.). *Retratos sul-americanos: perspectivas brasileiras sobre história e política externa*. Brasília: Bookess/Amazon, 2015, pp. 74-108.
- CELAC; CEPAL. 2020. Informe sobre el impacto económico en América Latina y el Caribe de la enfermedad por coronavirus (COVID-19). Disponível em: <[https://www.cepal.org/sites/default/files/presentation/files/final\\_finalcelac-28\\_mayo2020.pdf](https://www.cepal.org/sites/default/files/presentation/files/final_finalcelac-28_mayo2020.pdf)>. Acesso em: 05 set. 2020.

- GONÇALVES, M. 2020. Governo turco confirma que parte da oposição, liderada por Capriles, negocia com Maduro para participar das eleições. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/governo-turco-confirma-que-parte-da-oposicao-liderada-por-capriles-negocia-com-maduro-para-participar-das-eleicoes-24618049>>. Acesso em: 02 set. 2020.
- hage, J. A. A. 2013. “A Teoria da Dependência: Uma Contribuição aos Estudos de Relações Internacionais”. *Revista Política Hoje*, v. 22, n. 1, pp. 106-136.
- HERNÁNDEZ, L. M. 2020. Soberana, primer candidato vacunal cubano contra la COVID-19 con autorización para ensayos clínicos. Disponível em: <<http://www.granma.cu/cuba-covid-19/2020-08-19/soberana-01-primer-candidato-vacunal-cubano-contra-la-covid-19-con-autorizacion-para-ensayos-clinicos-19-08-2020-21-08-03>>. Acesso em: 02 set. 2020.
- HIRST, M.; LIMA, M. R. S.; PINHEIRO, L. 2010. “A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios”. *Nueva Sociedad*, n. dezembro de 2010, pp. 22-41.
- LIMA, M. R. S. 2000. “Instituições democráticas e política exterior”. *Contexto Internacional*, v. 22, n. 2, pp. 265-303.
- MARIANO, M.; MARIANO, K. 2002. “As teorias de integração regional e os Estados subnacionais”. *Impulso – Revista de Ciências Sociais e Humanas*, n. 31, pp. 47-69.
- MERCOSUL. 2020. Comunicado conjunto de los Presidentes de los Estados Partes del MERCOSUR. Disponível em: <[https://www.mercosur.int/documento/comunicado-conjunto-de-los-presidentes-de-los-estados-partes-del-mercosur-27/?ind=1593708609088&filename=Comunicado%20Conjunto%20Estados%20Partes%20del%20MERCOSUR%20PPTP%202020\\_ES\\_VF.pdf&wpdmdl=12420&refresh=5f5414bbe0bde1599345851](https://www.mercosur.int/documento/comunicado-conjunto-de-los-presidentes-de-los-estados-partes-del-mercosur-27/?ind=1593708609088&filename=Comunicado%20Conjunto%20Estados%20Partes%20del%20MERCOSUR%20PPTP%202020_ES_VF.pdf&wpdmdl=12420&refresh=5f5414bbe0bde1599345851)>. Acesso em: 05 set. 2020.
- MILANI, C. R. S. et al. 2014. *Atlas da política externa brasileira*. Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: EDUERJ.
- OLSON, M. 1999. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: EDUSP.
- PAULA, F. R. 2018. *The emergence of Brazil to the global stage: ascending and falling in the international order of competition*. Nova York: Routledge.
- PERUYERO, R. H. 2019. “Los cambios en la política exterior mexicana hacia América Latina durante el primer año de Andrés López Obrador”. *Revista de Estudios Internacionales*, v. 1, n. 2, pp. 111-117.

- PREBISCH, R. 1968. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. 2. ed. São Paulo: Fundo de Cultura.
- SANTOS, T. 2020. *Teoria da Dependência: Balanço e Perspectiva*. Florianópolis: Insular Livros.
- SARAIVA, M. G.; SILVA, A. V. C. 2019. "Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro". *Relações Internacionais*, n. 64, pp. 117-137.
- Secretaria General de la ALADI. 2020. ALADI: 40 años de Integración Latinoamericana. Disponível em: <<http://www2.aladi.org/nsfaladi/sitioaladi.nsf/prensaDatosv2.xsp?databaseName=NSFALADI/prensanueva.nsf&documentId=DFFD3A222A80E85032585C20073C73F&OpenDocument>>. Acesso em: 05 set. 2020.
- SINGER, F. 2020. A geopolítica de um supermercado iraniano em Caracas. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-08-05/a-geopolitica-de-um-supermercado-iraniano-em-caracas.html>>. Acesso em: 02 set. 2020.
- SPEKTOR, M. 2019. "Diplomacia da ruptura". In: ABRANCHES, S. et al. *Democracia em Risco: 22 Ensaios sobre o Brasil Hoje*. São Paulo: Companhia das Letras.
- VERDÉLIO, A. 2020. Bolsonaro agradece Índia por insumos para produzir hidroxicloroquina. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-04/bolsonaro-agradece-india-por-insumos-para-produzir-hidroxicloroquina>>. Acesso em: 02 set. 2020.
- VIDIGAL, C. E.; Bernal-Meza, R. 2020. "Bolsonaro versus Rio Branco: transição hegemônica, América do Sul e política externa". *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad*, v. 15, n. 2, pp. 11-26.
- WASSERMAN, C.; GUAZZELLI, C. A. B. (orgs.). 2004. *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- WORLD BANK. 2020. World Integrated Trade Solution. Disponível em: <<https://wits.worldbank.org/>>. Acesso em: 05 set. 2020.

## Notas

1) Apesar da maioria dos regimes ditatoriais terem ocorrido entre as décadas de 1950 e 1990 na América Latina, desde a metade da década de 1980 era possível observar uma transição para a democracia em países como a Argentina, Uruguai e Brasil. Outros avançaram inclusive no pós-Guerra Fria com regimes autoritários ou em transição lenta, como o Chile, Nicarágua e Guatemala. Wasserman e Guazzelli organizam uma relevante compilação sobre a duração de cada regime no subcontinente.

2) A ALADI substituiu a antiga Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), que funcionou entre 1960 e 1980 e tinha como objetivo a promoção comercial da América Latina e desejava criar uma zona de livre comércio no subcontinente, projeto que seria ampliado posteriormente para todas as Américas com a ALCA e seria reprojetoado pela Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) com ideários bolivarianos e chavistas, não ganhando adesão além da própria Venezuela, Antígua e Barbuda, Cuba, Dominica, Nicarágua e São Vicente e Granadinas.

3) O ano de 2015 representou o fim de um ciclo dos governos progressistas, com o início do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff no Brasil, a eleição de Maurício Macri na Argentina. O ápice

do fim deste ciclo se daria em 2018 com as eleições de presidentes de direita e extrema-direita no Chile, Uruguai, Brasil, Paraguai, Colômbia, Guatemala, Bolívia e nações caribenhas.

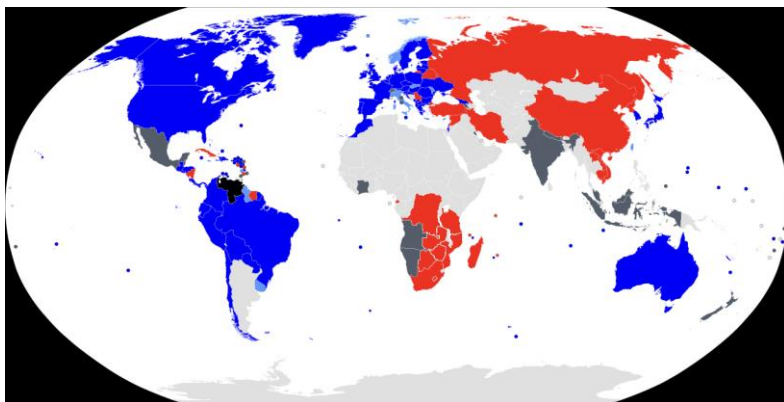
4) Dados disponíveis em: <<https://covid19.who.int/>> e <<https://coronavirus.jhu.edu/map.htm>>. Acesso em: 05 set. 2020.

5) Em virtude das limitações de espaço, disponibilizamos as tabelas e os dados compilados do Banco Mundial nesta planilha de livre acesso na nuvem:

<https://1drv.ms/x/s!AiOtdaPqBHdVicZbaULH0LuqNTX1uQ?e=0j5sx5>. Os dados apontam para uma diversificação de parcerias comerciais dos quatro países e uma diminuição do peso do Brasil em suas balanças comerciais.

6) Disponível em: <[https://www.cepal.org/sites/default/files/presentation/files/final\\_finalcelac-28\\_mayo2020.pdf](https://www.cepal.org/sites/default/files/presentation/files/final_finalcelac-28_mayo2020.pdf)>. Acesso em: 05 set. 2020

**Figura 1 – Mapa de reconhecimento internacional dos governos de Nicolás Maduro e Juan Guaidó em setembro de 2020**



**Legenda:**

Azul escuro: países que reconhecem o governo de Juan Guaidó.

Azul claro: países que apoiam a Assembleia Nacional da Venezuela liderada por Guaidó.

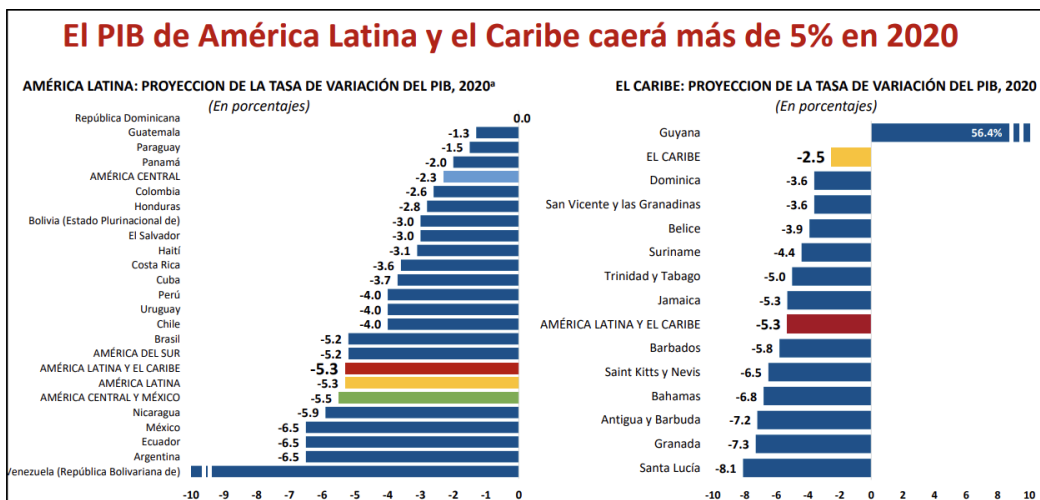
Vermelho: países que reconhecem o governo de Nicolás Maduro.

Cinza: países neutros em relação a crise presidencial venezuelana.

Disponível em:

<[https://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Reconocimiento\\_al\\_presidente\\_de\\_Venezuela\\_2020.png](https://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Reconocimiento_al_presidente_de_Venezuela_2020.png)>. Acesso em: 04 set. 2020.

**Figura 2 – Impactos da pandemia da COVID-19 no PIB dos países latino-americanos e caribenhos**



Fonte: CEPAL/CELCAC. Disponível em: <[https://www.cepal.org/sites/default/files/presentation/files/final\\_finalcelac-28\\_mayo2020.pdf](https://www.cepal.org/sites/default/files/presentation/files/final_finalcelac-28_mayo2020.pdf)>. Acesso em: 05 set. 2020.

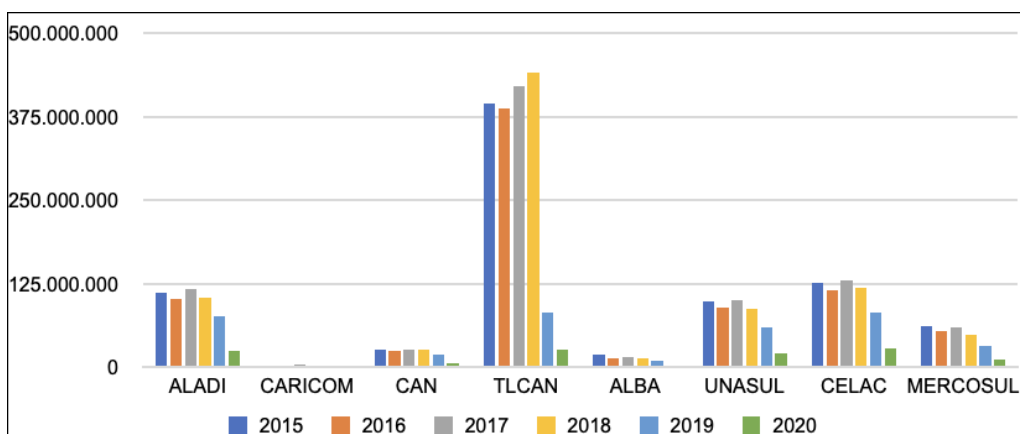


**Tabela 1 – Exportações totais dos países-membro da ALADI para os blocos do continente americano entre 2015 e 2020 (valores em milhares de dólares norte-americanos)**

<b>Destino</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
ALADI	112.273.132	102.518.352	116.423.688	104.331.201	75.728.266	25.075.034
CARICOM	3.663.774	2.533.511	3.940.669	3.615.597	2.411.471	831.976
CAN	25.576.836	24.250.780	26.677.138	26.256.158	19.458.918	5.426.648
TLCAN	395.773.384	387.819.319	421.750.034	440.796.407	80.960.988	26.514.251
ALBA	19.569.908	13.991.176	14.174.432	13.397.903	9.458.394	2.962.450
UNASUL	98.483.485	89.442.073	100.457.330	87.435.505	60.171.865	20.334.764
CELAC	125.393.249	114.729.291	130.635.700	118.111.248	82.442.441	27.217.353
UNASUL	60.787.022	53.416.251	60.048.937	47.854.104	30.931.550	11.657.458
<b>TOTAL</b>	<b>512.245.398</b>	<b>493.582.267</b>	<b>542.339.693</b>	<b>549.523.415</b>	<b>154.653.463</b>	<b>50.535.976</b>

Fonte: Associação Latino-Americana de Integração – Sistema de Informação de Comércio Exterior. Disponível em: <[http://consultawebv2.aladi.org/sicoexV2/jsfComercio/totales\\_comercio\\_exterior\\_areas\\_resultado.seam?retorno=inicio&cid=4640](http://consultawebv2.aladi.org/sicoexV2/jsfComercio/totales_comercio_exterior_areas_resultado.seam?retorno=inicio&cid=4640)>. Acesso em: 05 set. 2020.

**Gráfico 1 - Exportações totais dos países-membro da ALADI para os blocos do continente americano entre 2015 e 2020 (valores em milhares de dólares norte-americanos)**



Fonte: Associação Latino-Americana de Integração – Sistema de Informação de Comércio Exterior. Disponível em: <[http://consultawebv2.aladi.org/sicoexV2/jsfComercio/totales\\_comercio\\_exterior\\_areas\\_resultado.seam?retorno=inicio&cid=4640](http://consultawebv2.aladi.org/sicoexV2/jsfComercio/totales_comercio_exterior_areas_resultado.seam?retorno=inicio&cid=4640)>. Acesso em: 05 set. 2020.

## Resumo

As transformações causadas pela pandemia da COVID-19 atingiram não apenas os aspectos econômicos e políticos do Sistema Internacional após a sua declaração em março de 2020, mas o próprio núcleo da globalização. No caso da América Latina, objeto de estudo deste artigo, a interrupção e declínio dos seus projetos de integração são anteriores, contudo, foram remodelados no âmbito da pandemia, com uma ascensão protagonista de México e Argentina e um desprotagonismo do Brasil, com a sua nova política externa de total realinhamento aos Estados Unidos. Nesse sentido, o presente artigo analisará as agendas e perspectivas da integração regional latino-americana no pós-pandemia e o papel do Brasil neste contexto, além de propor uma discussão teórica e analítica sobre este importante tema, sobretudo em tempos de revisão da própria globalização.

**Palavras-chave:** Integração. América Latina. Pandemia. Agendas. Perspectivas. Brasil.

## Abstract

The shifts caused by the COVID-19 pandemic affected not only the economic and political aspects of the International System after its declaration in March 2020, but the very core of globalization. In the case of Latin America, the object of this article, the interruption and decline of its integration projects are previous, however, they were reshaped in the context of the pandemic, with a leading rise of Mexico and Argentina and a deprotagonism of Brazil, with its new foreign policy of total realignment towards the United States. In this sense, this article will analyze the agendas and perspectives of Latin American regional integration in the post-pandemic and the role of Brazil in this context, in addition to proposing a theoretical and analytical discussion on this important topic, especially in times of globalization revision.

**Keywords:** Integration. Latin America. Pandemic. Agendas. Perspectives. Brazil.